

INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: Mapeando o Campo e as Temáticas da Produção Científica Brasileira na Área de Administração

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.11679>

Recebido em: 03/11/2020

Aceito em: 17/11/2021

Marcio Roque dos Santos da Silva¹, Jeovana Oliveira², Veruschka Vieira Franca³,
Maria Conceição Melo Silva Luft⁴, Maria Elena Leon Olave⁵

RESUMO

Este artigo tem por objetivo investigar como a temática de inovação no setor público, compreendendo o setor como o ambiente do funcionalismo público, tem se configurado no campo da produção científica da área de Administração nos últimos 10 anos no Brasil. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem mista, a partir de um levantamento sobre o estado da arte na literatura em periódicos científicos indexados nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus*, *SciELO* e *Spell*, utilizando-se de procedimentos bibliométricos. Os resultados evidenciam o crescimento significativo no tocante ao interesse de pesquisa sobre a temática em tela. Além disso, realçam temáticas como inovação aberta, inovação em gestão, inovação baseadas em TICs, inovações em serviços e estudos exploratórios sobre inovação. Por meio dos achados foi possível identificar lacunas de estudos acerca de temáticas como o uso de *hackathons* em organizações públicas, inovações institucionais de caráter participativo e inovação em compras públicas. Dessa forma, a presente pesquisa contribui no tocante à caracterização das produções científicas, a apresentação das principais temáticas discutidas e os direcionamentos para o avanço das investigações acerca da inovação no setor público brasileiro no campo da Administração.

Palavras-chave: Inovação; setor público; administração pública; estudo bibliométrico.

INNOVATION IN THE PUBLIC SECTOR: MAPPING THE FIELD AND THE TOPICS OF BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE ADMINISTRATION AREA

ABSTRACT

This article aims to investigate how the theme of innovation in the public sector, understanding the sector as the environment of the civil service, has been configured in the field of scientific production in the area of Administration in the last 10 years in Brazil. Methodologically, an exploratory and descriptive research, with a mixed approach, was carried out, based on a survey of the state of the art in the literature in scientific journals indexed in the *Web of Science*, *Scopus*, *SciELO* and *Spell* databases, using procedures bibliometrics. The results show a significant growth in terms of research interest on the topic at hand. In addition, they highlight topics such as open innovation, innovation in management, innovation based on ICTs, innovations in services and exploratory studies on innovation. Through the findings, it was possible to identify gaps in studies on topics such as the use of *hackathons* in public organizations, institutional innovations of a participatory nature and innovation in public procurement. Thus, this research contributes to the characterization of scientific productions, the presentation of the main topics discussed and the directions for advancing research on innovation in the Brazilian public sector in the field of Administration.

Keywords: Innovation; public sector; public administration; bibliometric study.

¹ Autor correspondente: Doutorando em Administração - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Avenida Reitor Miguel Calmon s/n - Vale do Canela, Salvador/BA, Brasil. CEP 40110-903. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). <http://lattes.cnpq.br/6671038241656322>. <https://orcid.org/0000-0001-7194-9094>. santosmarcioadm@gmail.com

² Mestre em Administração – Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, Brasil <http://lattes.cnpq.br/1868016490408694>. <https://orcid.org/0000-0002-6502-8915>.

³ Doutora em Engenharia de Produção (USP) - Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5369578134266005>. <https://orcid.org/0000-0002-1283-2344>.

⁴ Doutora em Administração (UFPE) - Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4838157048357924>. <https://orcid.org/0000-0003-2713-2700>.

⁵ Doutora em Engenharia de Produção (USP) - Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/9409501680710062>. <https://orcid.org/0000-0002-7367-4896>.

INTRODUÇÃO

A introdução de inovações no setor público está associada à busca pelo aprimoramento dos serviços prestados à sociedade e no aperfeiçoamento da gestão organizacional (DE VRIES; BEKKERS; TUMMERS, 2016), como forma de alcance da eficácia, eficiência e efetividade (SILVA; RIBAS; MEZA, 2019). Esse direcionamento está ancorado, principalmente, na abordagem da *New Public Management* (NPM), a partir da década de 80, que representou um marco expressivo no que se refere à inovação no setor público (WALKER; DAMANPOUR; DEVECE, 2011; BRANDÃO; BRUNO-FARIA, 2017). A NPM expressou a busca pela eficiência, redução de custos e eficácia na prestação dos serviços públicos apoiada no uso de princípios e ferramentas de mercado nas organizações públicas (MOTTA, 2013).

A inovação funciona como instrumento de melhoria do desempenho organizacional, a partir da inserção de elementos inovativos na estrutura organizacional que proporcionem a entrega de melhores benefícios à sociedade (BLOCH, 2011; CASTRO *et al.*, 2017; CAVALCANTE; CAMÕES, 2017; SOUZA NETO *et al.*, 2019). Os poucos estudos empíricos, porém, dificultam a compreensão e a promoção da inovação nesse setor (BRANDÃO; BRUNO-FARIA, 2017; SOUZA NETO *et al.*, 2019).

Tomando esse breve cenário como marco teórico, as pesquisas acerca dessa temática vêm sendo desenvolvidas, principalmente, impulsionadas pela abordagem da NPM (WALKER; DAMANPOUR; DEVECE, 2011; BRANDÃO; BRUNO-FARIA, 2017), e, mais recentemente, pelos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que têm viabilizado o aumento do acesso da sociedade aos processos governamentais, o que culmina em maior influência social sobre os processos de decisão governamental e na cobrança, cada vez mais expressiva, dos usuários por melhores condições de serviços e na sua prestação (SANTOS, 2017; BISPO; SANO, 2016; DIAS; SANO; MEDEIROS, 2019), configurando, dessa forma, um campo de estudos recente e em construção (BISPO; SANO, 2016).

Segundo Bispo e Sano (2016), a produção científica acerca da temática no campo do conhecimento ainda é pouco difundida no Brasil, tendo emergido, aos poucos, nos últimos anos, a partir de estudos de Pós-Graduação, o que aponta para um campo fértil de investigações, como é constatado nos resultados do presente artigo. Em consonância, Cavalcante e Camões (2017, p. 137) problematizam que, “de um lado, parece ser um tema corrente na administração pública, por outro lado, prevalece a falta de conhecimento empírico sobre as diferentes dimensões de inovação que dificulta a capacidade do Estado para inovar e, em consequência, fornecer serviços de melhor qualidade”.

Para compreender o fenômeno da inovação, o sistema de elementos institucionais, organizacionais e de processos devem ser estudados (ROSTE, 2004), constituindo, portanto, uma preocupação acadêmica de várias disciplinas e diversas áreas, inclusive da Administração. Dessa maneira, o objetivo deste artigo é investigar como a temática de inovação no setor público, compreendendo-o como o ambiente do funcionalismo público, tem se configurado no campo da produção científica da área de Administração nos últimos 10 anos no Brasil, a partir de um levantamento sobre o estado da arte na literatura, utilizando-se de procedimentos bibliométricos.

Brandão e Bruno-Faria (2013) apresentaram um panorama das produções científicas sobre a temática em periódicos nacionais e internacionais de Administração entre 2000 e 2010, constatando o estágio inicial no Brasil, o que demonstra, portanto, a existência de uma lacuna que justifica a relevância da investigação realizada. Assim, este artigo pretende contribuir, especialmente, no tocante: a) à caracterização das produções científicas; b) ao levantamento das principais temáticas discutidas e c) aos direcionamentos encontrados, a partir da identificação de lacunas, para o avanço da temática no campo da Administração, no âmbito do setor público brasileiro.

INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: DEFINIÇÕES E PARTICULARIDADES

Uma das definições mais consensuais acerca da inovação é do Manual de Oslo (OCDE, 2018, p. 32), que embora tenha sido consolidado com ênfase em organizações orientadas ao mercado, sua edição mais recente (quarta) estabeleceu um conceito mais amplo, objetivando a aplicação da inovação em outros setores. A “[...] inovação é um produto ou processo novo ou aprimorado [...] que difere significativamente dos produtos ou processos anteriores da unidade e foi disponibilizado para usuários em potencial (produto) ou utilizado pela unidade (processo).” (OCDE, 2018, p. 32).

Servindo como referência para as análises iniciais no setor público, com base nessa perspectiva, pesquisadores estabeleceram definições mais direcionadas, mediante as adaptações necessárias às particularidades do contexto público (CAVALCANTE; CAMÕES, 2017). Bloch (2011, p. 14) definiu inovação como “[...] uma mudança significativa na maneira como nossa organização opera ou nos produtos que ela fornece [...]”, gerando indicadores igualmente importantes para o setor público.

Em consonância, outros pesquisadores estabeleceram tipologias que podem ser empregadas na realidade do setor público, como a de Bekkers, Edelenbos e Steijin (2011), que contempla inovação de produto/serviço, inovação tecnológica, inovação de processo, inovação organizacional/gestão, inovação conceitual, inovação de governança e inovação institucional; ou a de De Vries, Bekkers e Tummers (2016), que categoriza a inovação no tocante ao processo, produto/serviço, governança e conceitual.

A despeito de diferentes tipologias ou definições, as concepções da inovação no setor público convergem para o entendimento de que as mudanças realizadas devem colaborar para a eficiência da prestação dos serviços públicos que promovam contribuições nos âmbitos social e econômico. Desse modo, o propósito das inovações está associado à instauração de elementos inovadores no âmbito organizacional que atuem como instrumento de otimização dos recursos disponíveis e do desempenho no que concerne à execução do papel do Estado de assegurar o atendimento às necessidades cidadãs e entrega do valor público, resultando em maiores benefícios à sociedade (BLOCH, 2011; CASTRO *et al.*, 2017; CAVALCANTE; CAMÕES, 2017; SOUZA NETO *et al.*, 2019). Em outras palavras, sua instituição deve culminar em melhorias no fluxo de atividades administrativas, nos serviços públicos e na gestão organizacional (DE VRIES; BEKKERS; TUMMERS, 2016), possibilitando “ganhos de eficiência, melhor governança, maior participação dos usuários e transparência nas ações e serviços públicos” (SILVA; RIBAS; MEZA, 2019, p. 79).

No tocante às particularidades, diversos fatores distinguem a inovação no setor público, como se pode observar: as organizações públicas não operam em consonância com os princípios

de mercado, portanto não objetivam a rentabilização; essas organizações não se subordinam a ameaças relacionadas à competitividade em níveis que comprometam sua sobrevivência; ainda que insatisfeitos, os usuários dos serviços públicos não têm controle da possibilidade de substituir os provedores; e a finalidade do processo inovativo volta-se à expectativa de difusão para outras organizações do setor com vistas a auxiliar no aumento geral do valor público (BEKKERS; EDELENBOS; STEIJN, 2011; CAVALCANTE; CAMÕES, 2017; BRANDÃO; BRUNO-FARIA, 2017).

Além disso, outros fatores revelam as peculiaridades do processo inovativo no setor público. Por um lado, a aversão ao risco, excesso de regras, incerteza dos resultados, ausência de práticas de fomento à inovação, falta de política corporativa, rigidez de regulamentação, falta de pessoal e o baixo nível de integração entre os departamentos atuam como barreiras (BRANDÃO; BRUNO-FARIA, 2017; CARVALHO; BARBOSA, 2018; CASTRO *et al.*, 2017). Por outro lado, determinados elementos melhoram, estimulam ou promovem o fluxo de conhecimento individual, sócio-organizacional ou tecnológico (CASTRO *et al.*, 2017; CARVALHO; BARBOSA, 2018), importantes para o processo inovativo.

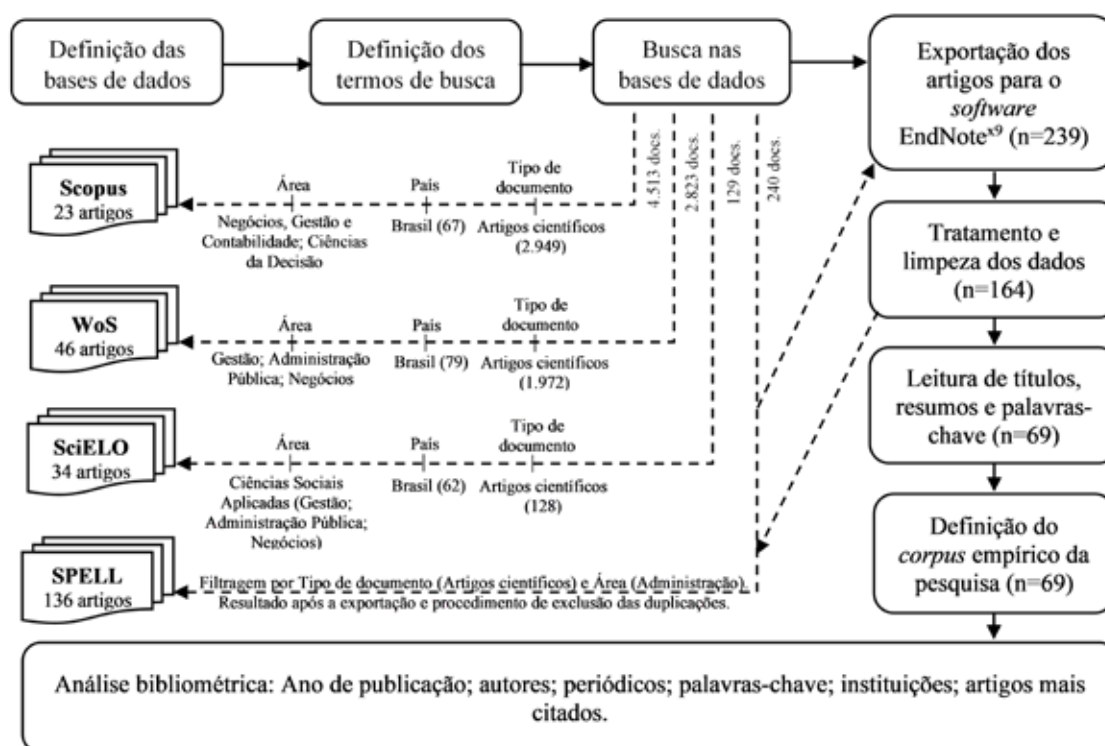
Dessa forma, evidencia-se a relevância de desenvolver e consolidar um arcabouço teórico que contemple as particularidades da inovação no setor público, tendo como um dos caminhos a investigação das produções realizadas acerca da temática que possibilite estabelecer possíveis direcionamentos para o contínuo progresso desse campo de estudos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo desta pesquisa, ela caracteriza-se como: exploratória e descritiva no que se refere à imersão nas bases de dados; de abordagem mista, buscando refletir em termos numéricos as características sobre as produções científicas analisadas com base em técnicas bibliométricas e qualitativamente no tocante às temáticas (GRAY, 2012).

O *corpus* empírico investigado foi composto por artigos científicos publicados em periódicos indexados nas bases de dados *Web of Science* (WoS), Scopus, SciELO e Spell. Delimitou-se como critérios para a busca dos materiais combinações de termos visando a contemplar a ideia de inovação no funcionalismo público, permitindo abranger variações de nomenclaturas que retratassem a temática proposta. Para localizar as produções científicas aplicou-se, em cada uma das bases de dados, o termo “Inovação” coadunado a “setor público”, “administração pública”, “gestão pública” ou “organização pública”, resultando na seguinte *String*: *innovation and (“public sector” or “public administration” or “public organizations” or “public management”)*. Os termos foram pesquisados nos títulos, resumos e palavras-chave. O fluxo de pesquisa seguiu algumas etapas, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Procedimentos de coleta de dados e análise bibliométrica



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A operacionalização da pesquisa nas bases de dados teve suas particularidades em termos de configuração. Os procedimentos de pesquisa e filtragem para as bases de dados Scopus, WoS e SciELO foram semelhantes, resultando em 23, 46 e 34 artigos científicos disponíveis nessas plataformas, respectivamente, totalizando 103 manuscritos.

Os artigos da base de dados Spell tiveram um tratamento distinto devido à configuração da plataforma de busca, tendo como resultado, para cada uma das quatro combinações de termos: “inovação” e “setor público” (67 artigos); “inovação” e “administração pública” (55); “inovação” e “gestão pública” (77); e “inovação” e “organizações públicas” (41). Esses 240 artigos foram exportados para o *software* EndNote^{x9}, quando foram excluídas as duplicidades, dos quais 136 seguiram para o diretório dos artigos selecionados em outras bases junto a fase de exportação.

Após essa seleção, 239 artigos foram exportados para o *software* EndNote^{x9} e agrupados em um único diretório, quando se deu prosseguimento às próximas etapas. Na fase de Tratamento e limpeza dos dados, foram realizados os seguintes procedimentos: exclusão dos artigos duplicados; limpeza e correção dos metadados, como nome dos autores, periódicos, instituições de ensino e pesquisa, palavras-chave etc., de modo a garantir a unicidade dos elementos; exclusão dos artigos cujo ano de publicação era anterior a 2010; resultando em 164 artigos. Por conseguinte, procedeu-se à leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, excluindo aqueles artigos cujas discussões centrais não eram aderentes à temática pesquisada ou essa discussão era secundarizada.

Ao final, foram selecionados 69 artigos que formaram o *corpus* analisado na seção seguinte, no tocante ao *Mapeamento e caracterização do campo*, mediante procedimentos

bibliométricos (VANTI, 2002). No segundo momento, com o intuito de evidenciar as *principais temáticas* acerca da inovação no setor público no campo da Administração, de maior relevância, realizou-se um recorte no *corpus* da pesquisa, selecionando as produções científicas de periódicos classificados nos estratos B1, A2 e A1, considerados de excelência no Brasil, conforme os critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a área de “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”. Contou-se, então, com um total de 29 artigos que foram lidos e analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos resultados está disposta em duas seções principais: Mapeamento e caracterização do campo e Principais temáticas.

Mapeamento e caracterização do campo

Mediante os procedimentos expostos, foram localizados 69 artigos científicos sobre a temática inovação no setor público brasileiro, publicados em 40 periódicos no período de 2010 a 2019. Um quantitativo de 166 autores vinculados a 55 instituições de ensino e pesquisa estiveram envolvidos com as supracitadas publicações. Ademais, 166 palavras-chave estão associadas às produções científicas, cujas fontes de publicações estão indexadas entre as 4 bases de dados utilizadas para a presente pesquisa. A Tabela 1 sintetiza as informações quanto aos principais dados bibliométricos.

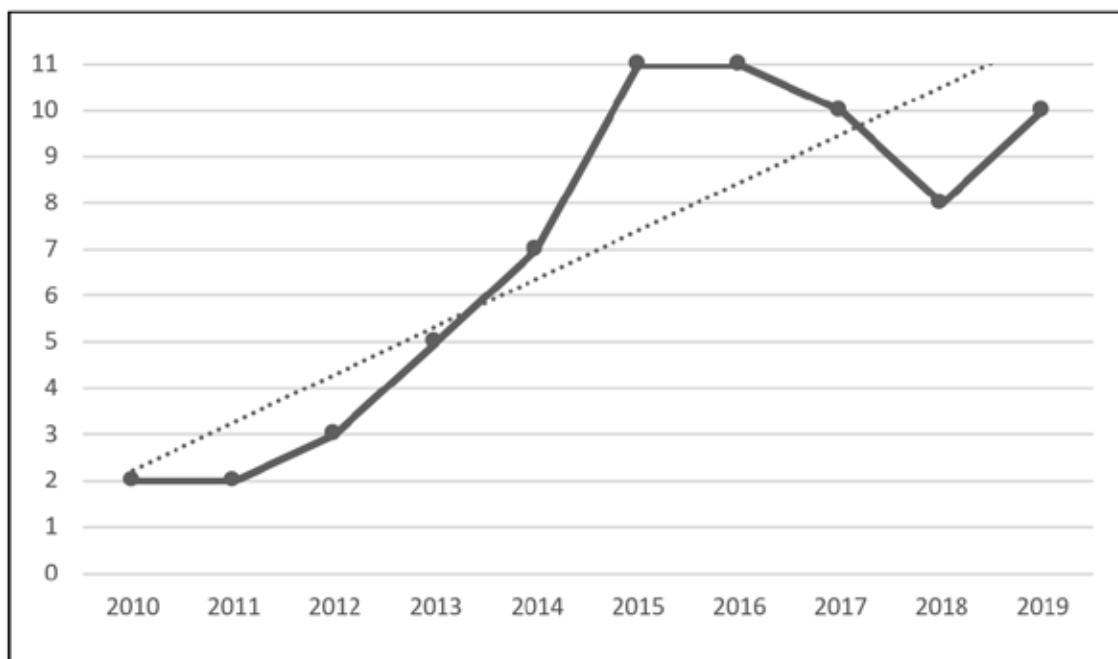
Tabela 1 – Panorama geral dos dados bibliométricos

DADOS BIBLIOMÉTRICOS	QUANTIDADE
Artigos científicos	69
Período (em anos)	9
Periódicos	40
Autores	166
Instituições de Ensino e Pesquisa	55
Bases de dados	4
Palavras-chave	166

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

Conforme apresentado no Gráfico 1, constatou-se que a produção científica sobre a temática em tela, na área da Administração, apresenta uma curva crescente, tendo em vista que a linha tracejada mostra uma tendência linear com relação às publicações científicas sobre a inovação no setor público. Houve um acentuado aumento dessa produção de 2011 a 2015, passando de 2 para 11 artigos publicados por ano, o que corresponde a um crescimento de mais de 500% nas publicações sobre a temática em discussão nesse período. Além disso, complementa os achados da pesquisa de Brandão e Bruno-Faria (2013), a qual demonstrou uma curva crescente acerca das produções científicas da temática no Brasil no período precedente (2000-2010).

Gráfico 1 – Evolução das publicações de artigos por ano

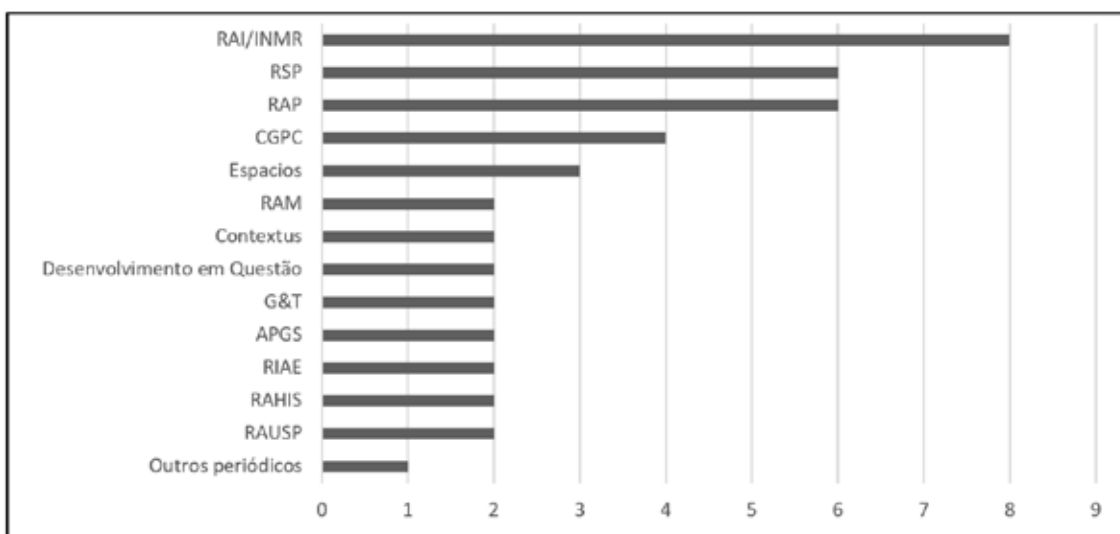


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Embora haja uma curva decrescente das publicações de 2016 para 2018, considera-se uma retomada no interesse dos pesquisadores com relação à temática a partir de 2019, salientando que o levantamento de dados foi realizado no final de 2019, não abrangendo as publicações que porventura não tenham sido, até então, indexadas nas bases, o que poderia configurar um cenário representativo desse crescimento inferido. Isso corrobora a afirmação de Bispo e Sano (2016) no que se refere ao aumento das publicações nos últimos anos, ao passo que se considera ainda limitado o quantitativo de publicações sobre a temática, como exposto por Daniel (2017) e Santos (2017).

Os artigos mapeados estão distribuídos em 40 periódicos científicos nacionais e de abrangência internacional, dos quais se destacam: a Revista de Administração e Inovação (RAI) com 8 artigos científicos publicados; a Revista do Serviço Público (RSP) com 6 artigos científicos; a Revista de Administração Pública (RAP) com 6 artigos científicos; os Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC) com 4 artigos científicos e a Revista Espacios com 3 artigos científicos, concentrando uma produção de cerca de 38% das publicações com relação ao total dos periódicos analisados, conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Periódicos científicos

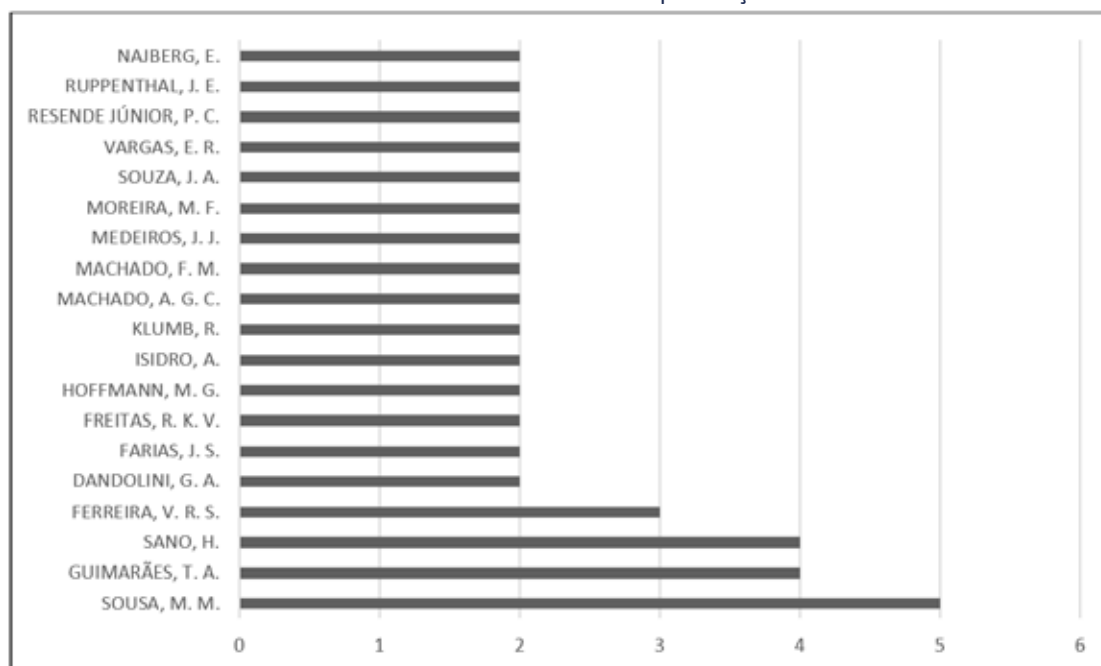


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Os periódicos Revista de Administração Mackenzie (RAM), Revista Contemporânea de Economia e Gestão (Contextus), Revista Desenvolvimento em Questão, Revista Gestão e Tecnologia (G&T), Revista de Administração Pública e Gestão Social (APGS), Revista Ibero-Americana de Estratégia (Riae), Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde (Rahis) e Revista de Administração (Rausp) publicaram dois artigos cada uma; os 23 periódicos restantes publicaram um artigo cada um no período de 2010 a 2019.

O Gráfico 3 revela os 19 autores que publicaram mais de um artigo, destacando-se Sousa, M. M. (n=5), Guimarães, T. A., (n=4), Sano, H. (n=4) e Ferreira, V. R. S. (n=3).

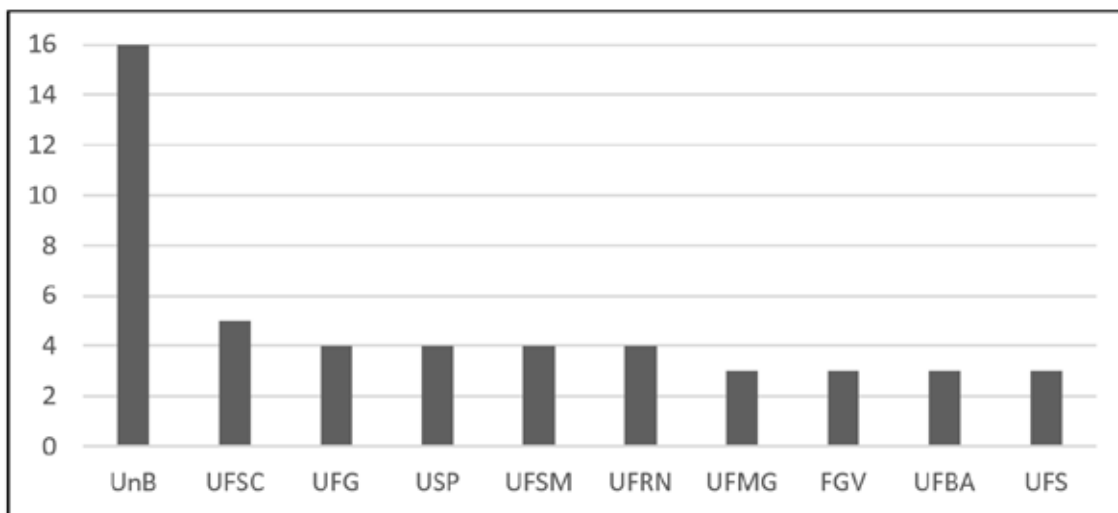
Gráfico 3 – Autores com mais publicações



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Observa-se que o quantitativo de publicações está disperso sob o ponto de vista do número de autores. Isso porque, embora se considere pouca a quantidade de publicações científicas sobre a temática, há um quantitativo expressivo de pesquisadores envolvidos nelas, tendo em vista que 147 dos 166 autores publicaram apenas 1 artigo, o que corresponde a um percentual de cerca de 89%. Esses autores estão vinculados a 55 instituições de ensino e PESQUISA, em sua maioria Universidades Federais, consoante o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Instituições de Ensino e Pesquisa

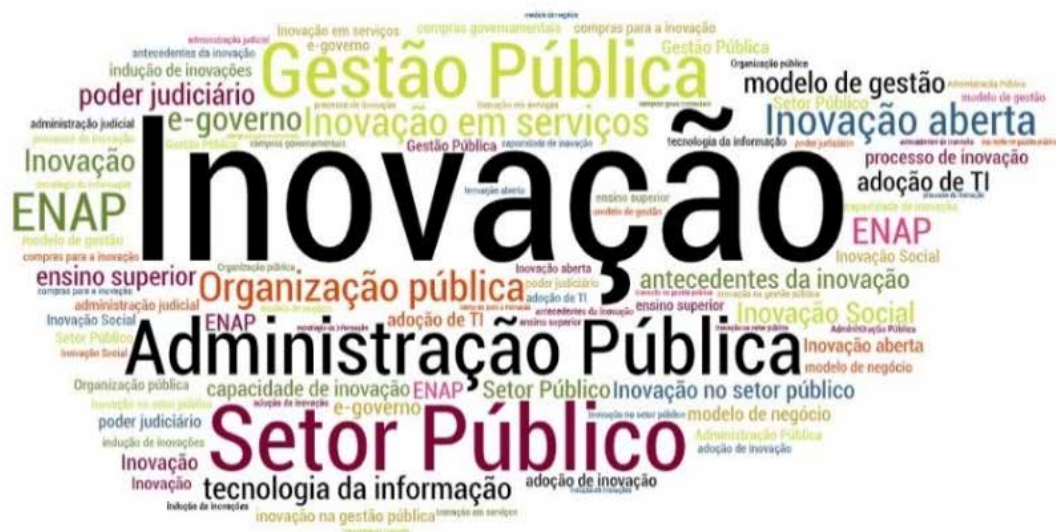


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Como é possível constatar, as produções científicas advêm, majoritariamente, da Universidade de Brasília (UnB), cujo quantitativo foi de 16 artigos, concentrando cerca de 23% das produções sobre o tema em foco. Destaca-se também a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com 5 artigos publicados, as Universidades Federais de Goiás (UFG), Santa Maria (UFSM) e Rio Grande do Norte (UFRN) com 4 artigos cada uma, e a Universidade de São Paulo (USP), também com 4 artigos. No total, 6 instituições de ensino publicaram cerca de 54% dos artigos mapeados neste estudo; enquanto outras 4 (Universidades Federais de Minas Gerais, Bahia, Sergipe; além da Fundação Getúlio Vargas – FGV) publicaram 2 artigos cada.

Na sequência, analisou-se a frequência referente às palavras-chave associadas aos 69 artigos selecionados, com base na nuvem de palavras expressa na Figura 2. Do total das 166 diferentes palavras-chave utilizadas pelos autores para representar os artigos, é possível constatar que elas refletem adequadamente a temática. Conforme uma listagem dos 10 termos mais usados e a sua frequência tem-se: “inovação” (n=36), “administração pública” (n=15), “setor público” (n=11), “gestão pública” (n=10), “inovação em serviços” (n=8), “organização pública” (n=5), “inovação aberta” (n=5), “tecnologia da informação” (n=4), “antecedentes da inovação” (n=3) e “inovação no setor público” (n=3).

Figura 2 – Nuvem de palavras-chave



Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

Ademais, verificou-se que as palavras-chave evidenciam temas transversais e elementos subjacentes ao processo de inovação abordados nos artigos, possibilitando a apreensão de pontos que poderão direcionar futuras investigações. Esses direcionadores estão associados, por exemplo, à inovação em serviços, inovação aberta e inovação social, bem como outras discussões no âmbito das Tecnologias da Informação (TIs), como o governo eletrônico e a adoção de TI, além dos modelos de gestão em organizações públicas como aqueles relacionados ao poder Judiciário.

Por fim, o Quadro 1 apresenta os 5 artigos mais citados, dando um direcionamento quanto às principais referências no Brasil com relação à temática no período analisado.

Quadro 1 – Artigos científicos mais citados

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	CITAÇÃO
Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração	Brandão e Bruno-Faria (2013)	96
Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público	Queiroz e Ckagnazaroff (2010)	71
Management Innovation at the Brazilian Superior Tribunal of Justice	Guimarães <i>et al.</i> (2011)	48
Inovação aberta na gestão pública: análise do plano de ação brasileiro para a Open Government Partnership	Freitas e Dacorso (2014)	35
Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal	Balbe (2010)	33

Fonte: Elaborado pelos autores (2020), com base no *Google Scholar*.

PRINCIPAIS TEMÁTICAS

Para a análise das temáticas, considerou-se 13 periódicos classificados nos estratos B1 ou A2 (Quadro 2), conforme os critérios de qualidade da Capes, não havendo publicação em periódicos A1. Esse quantitativo representa 32,5% com relação ao total de periódicos analisados na seção anterior e 42% dos artigos científicos identificados neste estudo.

Quadro 2 – Periódicos considerados na análise sobre as principais temáticas

PERIÓDICOS	QUANTIDADE DE ARTIGOS	QUALIS
Administração Pública e Gestão Social	2	B1
Administração: Ensino e Pesquisa	1	
Contabilidade, Gestão e Governança	1	
Contextus	2	
Revista de Administração e Inovação (RAI)	8	
Revista de Administração Mackenzie (RAM)	2	
Revista Eletrônica de Administração (READ)	1	
Cadernos EBAPE	1	A2
<i>Journal of Technology Management & Innovation</i>	1	
Revista de Administração da USP (RAUSP)	2	
Revista de Administração Contemporânea (RAC)	1	
Revista de Administração de Empresas (RAE)	1	
Revista de Administração Pública (RAP)	6	
TOTAL	29	

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Os resultados puderam ser condensados em 8 temáticas principais, quais sejam: a) Inovação em gestão; b) Inovação aberta; c) Inovação baseada em TICs; d) Inovação em serviços; e) Inovação em compras públicas; f) Inovação em políticas públicas; g) Estudos exploratórios sobre inovação e h) Outros estudos sobre inovação.

Inovação em gestão

No tocante à *inovação em gestão*, Queiroz e Ckagnazaroff (2010) realizaram uma pesquisa que constatou, a partir das abordagens da mudança organizacional e inovação da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, que as mudanças propostas nesse campo resultam em inovações, essencialmente, gerenciais em termos estratégicos, tecnológicos, estruturais e de controle. Já Sousa (2019), em um estudo sobre o Pacto Pela Educação de Pernambuco (PPE), identificou práticas de gestão voltadas à utilização de indicadores de desempenho e à publicação de descritores escolares, trazendo para o contexto escolar resultados como credibilidade, transparência, percepção de empoderamento e aprimoramento da consciência sobre esse ambiente. Para tanto, essas práticas apoiaram-se no Sistema de Informações da Educação Pernambucana (Siepe), nos painéis de gestão e na mídia.

Esses estudos evidenciam elementos da estrutura organizacional como também da interface de comunicação com a sociedade, resgatando tipologias adequadas à inovação no setor público como aquelas associadas à inovação organizacional e em comunicação, apontadas por Bekkers, Edelenbos e Steijn (2011) e Cavalcante e Camões (2017).

Por outro lado, Angelis (2013) apresentou um modelo de Inovação e Inteligência Organizacional no âmbito do governo federal, a partir da revisão de conceitos e práticas sobre as temáticas e das críticas tecidas aos modelos de governança e do sistema de inteligência do Brasil, visando à otimização dos processos de criação e uso de conhecimento na área pública. Ferreira, Rocha e Carvalhais (2015), por sua vez, analisaram fatores influenciadores do ambiente inovador no setor público, constatando elementos críticos que precisam ser priorizados na condição de política de inovação do Estado, em consonância com aqueles elementos que promovem a inovação elencados por Castro *et al.* (2017) e Carvalho e Barbosa (2018).

Inovação aberta

Freitas e Dacorso (2014) estudaram o Governo Aberto sob a perspectiva da *inovação aberta* no âmbito das políticas públicas, mostrando que os compromissos firmados pelo governo brasileiro estão em conformidade com o processo de inovação aberta pública. As ações previstas estão especificamente relacionadas à transparência, abertura de dados e preparação do corpo estatal para o processo aberto de inovação.

Vieira, Vale e May (2018) estudaram a estrutura do modelo de negócios de uma unidade florestal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no gerenciamento de melhorias aos problemas relacionados à inovação aberta. O Modelo de Impacto contribui para a continuidade da inovação, cujos resultados das pesquisas realizadas pela instituição devem ser convertidos em benefícios de mercado e sociais. Já Ferreira e Farias (2019) discutiram acerca de uma temática pouco usual no ambiente público, propondo um *framework* de promoção de *hackathons* ao setor público, tendo em vista a constatação de que essas iniciativas podem gerar inovações, promover a participação social, aumentar a transparência, além de aproximar os diversos atores. Uma fragilidade constatada, porém, é a baixa sustentabilidade das soluções desenvolvidas.

Oliveira e Santos (2019) desenvolveram uma estrutura para análise das consequências da adoção de inovações, seguindo as premissas do modelo *Diffusion of Innovations*, de M. Rogers. A partir da aplicação no caso de adoção de dados abertos pelo governo do Distrito Federal, percebeu-se que os efeitos oriundos da mesma consequência são percebidos de maneira inversa por distintos atores interessados na inovação, o que pode justificar o posicionamento favorável ou não à adoção da inovação por alguns grupos.

A discussão fomentada acerca da inovação aberta no setor público expressa a relevância da participação de diversos atores no processo inovativo, como cidadãos, agentes governamentais, organizações privadas e não governamentais. Bekkers, Edelenbos e Steijn (2011), contudo, lembram que um dos desafios da inovação nesse setor está, justamente, na dificuldade de estabelecer diálogos contínuos e sustentáveis com esses atores sociais.

Inovação baseada em TICs

Outra temática discutida nos estudos acerca da inovação em organizações públicas trata das *inovações mediadas pelas TICs*, os quais apontam benefícios como a otimização de recursos e desempenho organizacional que promovam melhorias sociais e econômicas para a sociedade, em consonância com os objetivos da introdução de inovações nesse setor (BLOCH, 2011; CASTRO *et al.*, 2017; CAVALCANTE; CAMÕES, 2017; SOUZA NETO *et al.*, 2019), como nas áreas do transporte público, saúde e no Judiciário.

No estudo sobre adoção de Tecnologias de Informação Móveis e Sem Fio no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Saccol, Manica e Elaluf-Calderwood (2011) constataram diversos benefícios, como a redução de tempo e de custos no fornecimento de serviços, melhorias na qualidade da informação, eficiência e agilidade organizacional, além da qualificação da equipe, mediados por diversas práticas inovadoras para esse fim. Por outro lado, Lübeck, Wittmann e Gomes (2012) estudaram a adoção da Bilhetagem Eletrônica no setor de transporte público da Região Metropolitana de Porto Alegre, considerando um processo inovador que possibilitou a redução de falhas operacionais, melhorias dos serviços e sistemas de controle, exercendo um papel competitivo na utilização de controles que elevaram a eficácia do sistema por parte das empresas envolvidas e do poder público.

Pitassi *et al.* (2016) estudaram a adoção da cirurgia assistida por robótica no Sistema Único de Saúde (SUS), detectando benefícios acerca da promoção de qualidade de vida aos pacientes. Alertaram, contudo, acerca da relação de custo-efetividade da robótica em hospitais públicos de países com perfil sociodemográfico e econômico como o Brasil, que, além de outros fatores, torna-se um expressivo desafio no processo de difusão desse processo tecnológico no SUS.

No Judiciário, Deus e Farias (2015) estudaram o Processo Eletrônico de Controle Externo (e-TCU), evidenciando a introdução do sistema como uma evolução natural da organização, o que contribui para a melhoria da realização dos serviços no tocante ao controle de tempo, informações e trabalho e no atendimento à sociedade. Além disso, atributos como vantagem relativa, compatibilidade, complexibilidade, testabilidade e observabilidade atuaram como facilitadores na adoção da inovação, conforme o modelo *Diffusion of Innovations*, de M. Rogers. Nessa mesma direção, Sousa e Guimarães (2018) constataram que a adoção de inovações ligadas às TICs em Tribunais Regionais do Trabalho decorre da centralização dos órgãos superiores, por meio da colaboração entre tribunais ou desenvolvimento interno, apoiados por recursos, capacidades e rotinas interorganizacionais. Essas inovações proporcionam mudanças nas rotinas administrativas e integração, entre outras relacionadas ao processo eletrônico. Já Machado *et al.* (2018), em um estudo também em tribunais, identificaram fatores ligados a inovações em processos e serviços como aqueles associados às TICs, principalmente no tocante à adoção do processo eletrônico, baseando-se na perspectiva da inovação em serviços no Judiciário para identificar modelos de inovação.

Inovação em serviços

No tocante à *inovação em serviços*, a literatura revela a importância do estudo da inovação no setor público, especialmente no que diz respeito à crescente ênfase dessa temática, tendo em vista que representa elemento central na gestão pública (SANTOS, 2017).

Cruz e Paulino (2013) propuseram uma adaptação da Metodologia do Carbono Social (MCS), construindo indicadores para avaliar o resultado social e ambiental de Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) em aterros sanitários, buscando identificar oportunidades de inovações em serviços acerca do setor de resíduos sólidos. Evidencia-se novos arranjos institucionais e organizacionais, direcionando a participação efetiva dos diversos atores envolvidos no setor, desde a comunidade ao setor público. Ferreira *et al.* (2015), por sua vez, constataram inovações radicais sob a perspectiva da inovação em serviços, sugerindo estudos com foco nas mudanças dos vetores para identificar indutores e inibidores das inovações no ambiente público.

Além disso, outros estudos revelaram-se transversais a essa temática, como o estudo de Machado *et al.* (2018), que além de abordar as TICs, baseou-se na perspectiva da inovação em serviços, e o de Ferreira *et al.* (2014), que evidenciaram a presença da inovação em serviços entre as experiências inovadoras mais expressivas na área da saúde pública.

Essas perspectivas perpassam também as temáticas da inovação em gestão e inovação aberta, dadas as configurações no que respeita aos novos arranjos institucionais e organizacionais e ao entendimento da importância da participação efetiva dos diferentes atores sociais no processo de inovação.

Inovação em compras públicas

Outra temática que emerge no campo trata de *compras públicas* para indução de inovações. Camargos e Moreira (2015) realizaram um estudo com fins de investigar a contratação de inovações na organização pública por meio das compras como políticas públicas orientadas pela demanda, fundamentada no “*procurement for innovation*”. Na prática, constatou-se que esse processo não gera, de modo geral, a aquisição de insumos, efetivamente inovadores, que venham a trazer retornos econômicos, sociais e políticos, o que sugere redefinições dos órgãos públicos no tocante às compras governamentais voltadas à geração de inovações. Já Moreira e Vargas (2012) propuseram uma proposta de compreensão para a indução e possível difusão de inovações em serviços de *software* a partir das compras governamentais. Constatou-se que as inovações geradas emergiram em resposta aos requisitos de clientes públicos na pré-venda e fase de desenvolvimento, confirmando a premissa da indução representada no modelo teórico apresentado. Esses estudos apontam para o estímulo à inovação por parte de organizações públicas.

Inovação em políticas públicas

Outras inovações estão ancoradas em perspectivas das *políticas públicas* no tocante aos mecanismos de participação social que, por outro lado, reafirmam o caminho que expressa a contribuição dos atores sociais acerca da inovação aberta no setor público.

Inovações no âmbito sociopolítico envolveram o estudo de Santos (2016) que, por meio de um estudo no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul, constatou mecanismos de controle social e participação cidadã como inovação no âmbito das políticas públicas e controles democráticos qualificados, importante dentro do sistema estadual de participação popular e cidadã. As mudanças introduzidas na administração pública estadual têm contribuído para a transparência e para o acesso à informação. Paula e Keinert

(2016), por sua vez, ao estudarem inovações institucionais de caráter participativo, evidenciaram que essa temática tem se tornado importante, porém com baixa repercussão e consolidação devido a outros fenômenos de participação no setor público que se apresentam com mais força. No âmbito das reflexões sobre a importância do contexto político e social para geração de inovações, Brose (2014) destacou que a gestão de conhecimento é indutora de inovações, o que abre espaço para mediar essas contribuições no funcionalismo público a favor de políticas de desenvolvimento social.

Estudos exploratórios sobre inovação

Estudos exploratórios sobre a própria produção científica acerca da temática mostraram-se contributivos e são essenciais para divulgar as experiências inovadoras das organizações públicas, estimular as práticas no setor e direcionar caminhos para a construção e avanço do conhecimento científico e consolidação de um arcabouço teórico fundamental para a evolução do campo.

Brandão e Bruno-Faria (2013) apresentaram um panorama sobre as produções científicas em periódicos nacionais e internacionais sobre a temática em tela entre 2000 e 2010. Concluiu-se que no Brasil a produção ainda estava no estágio inicial, enquanto em âmbito internacional os estudos estavam mais consolidados, com foco em fatores ambientais, organizacionais e gerenciais. Além disso, o estudo apontou lacunas com relação ao processo de inovação, indutores e barreiras, características das lideranças para inovação, efeitos da inovação e fatores contributivos da sua disseminação. Estudos mais recentes cobrem alguns desses *gaps*, como os de Brandão e Bruno-Faria (2017), Castro *et al.* (2017), Carvalho e Barbosa (2018) e Souza Neto *et al.* (2019), no tocante aos fatores antecedentes, indutores e inibidores da inovação pública.

Ferreira *et al.* (2014) constataram, ao estudar as edições de 1995 a 2011 do Prêmio Inovação na Gestão Pública Federal da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que as experiências inovadoras na área da saúde pública, de abrangência nacional, estiveram voltadas às inovações incrementais de processo e em serviços, tendo em vista o alcance de eficiência operacional. Já Sousa *et al.* (2015), ao estudarem as edições de 1995 a 2012, destacaram que grande parte das experiências inovadoras de abrangência nacional são do tipo organizacional, especialmente nas áreas da educação e saúde, além de outras inovações, com realce para o atendimento ao cidadão e a melhoria dos processos de trabalho, corroborando o estudo anterior. Cavalcante (2018), por sua vez, ao investigar as edições do Concurso Inovação no Setor Público (2007-2015/Enap), revelou que as tendências de inovação estão associadas à gestão e 90% possuem princípios da pós-Nova Gestão Pública, com destaque para os arranjos institucionais relacionados à diretriz de colaboração/parceria.

Sousa e Guimarães (2014) realizaram uma discussão articulada entre os construtos inovação e desempenho no Judiciário que, por meio da análise do estado da arte, possibilitou a classificação dos estudos em três dimensões, quais sejam, organizacional-gerencial, político-legal e tecnológico. Mais uma vez evidencia-se as temáticas que perpassam a inovação em gestão, políticas públicas e os aspectos tecnológicos, especialmente no tocante à terceira dimensão, haja vista que as principais convergências foram evidenciadas entre inovação, desempenho e TICs.

Corroborando os achados desta temática, é possível observar na literatura outros estudos que apresentam resultados semelhantes, no tocante ao fato de as inovações promovidas no setor público estarem, em grande parte, associadas a ações de melhorias dos processos de trabalho (SILVA; RIBAS; MEZA, 2019).

Outros estudos sobre inovação

Por fim, *outros estudos* discutiram temáticas como: Escala de Orientação para Inovação (EOI) em organizações públicas; Análise da taxonomia relação Universidade e Organizações Públicas e Inovações pedagógicas no ensino de Administração Pública no Brasil. Resende Junior, Guimarães e Bilhim (2013) elaboraram e validaram uma EOI em organizações públicas envolvendo itens que abrangem os fatores Ambiente de Estímulo à Aprendizagem e Gestão de Competências e Monitoramento do Ambiente Externos. Já Bastiani *et al.* (2015) constataram, a partir do estudo de casos, que a taxonomia relação universidade-empresa pode ser aplicada em organizações públicas, fazendo-se necessárias, entretanto, as devidas adequações no contexto do funcionalismo público, o que pode reforçar a premissa de adaptar ferramentas genuinamente utilizadas pelo setor privado para atender às particularidades do setor público.

Embora o *locus* de pesquisa não tenha sido em organizações públicas, torna-se relevante compreender as inovações no processo de formação daqueles profissionais voltados a essas organizações, bem como refletir a própria realidade do setor público. O estudo de Santos e Teixeira (2019), realizado na FGV, reconhece o privilégio de tratar desse assunto a partir de uma instituição privada, mas destaca importantes caminhos para a inovação no ensino de Administração Pública por meio de instrução experiencial, proximidade com a pesquisa, internacionalização e integração com o mercado de trabalho, e demonstra desafios como financiamento para inovações nos cursos no âmbito das instituições de ensino públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste estudo possibilitaram a identificação das produções no que diz respeito as suas caracterizações, temáticas em foco e relevância. Nessa rota, no tocante à caracterização das produções científicas, constatou-se que o tema em tela apresentou um crescimento significativo com relação ao interesse dos pesquisadores no campo da Administração no período analisado, e a literatura revela pontos de discussões otimistas sobre a temática, dado o aumento progressivo de publicações científicas no Brasil, em consonância com a tendência que a literatura já demonstrava nos anos precedentes. Constatou-se também, entretanto, que o número de artigos publicados por autor é disperso, constatando-se que cerca de 98% deles estiveram envolvidos na publicação de um ou dois artigos.

A Universidade de Brasília, à qual os autores são vinculados, foi responsável por uma parte expressiva das publicações, podendo-se concluir que a UnB conforma um núcleo importante para a disseminação do conhecimento sobre o tema. Possivelmente, essa constatação esteja ligada ao fato de a universidade estar situada na capital que concentra o sistema político federal brasileiro, refletindo, expressivamente, a dinâmica do setor público.

Ao investigar as produções mais relevantes, este estudo demonstra o amadurecimento do campo ao realçar temáticas como inovação aberta, inovação em gestão, inovação baseadas em

TICs, inovações em serviços e estudos exploratórios sobre inovação. Em particular, reforça-se a inovação aberta como temática que perpassa diversos estudos, o que remonta à importância da participação dos diferentes atores sociais no processo inovativo, assim como a perspectiva da inovação em serviços, dadas as características do próprio setor.

Além disso, direcionando estudos futuros para o avanço da temática no campo da Administração, no âmbito do setor público brasileiro, emergem outras temáticas que merecem maior aprofundamento, como observado na literatura, como o uso de *hackathons* em organizações públicas, que podem contribuir para melhorar a participação social, inovação e transparência; inovações institucionais de caráter participativo, tendo em vista que há uma baixa repercussão, em razão de outros fenômenos de participação serem mais expressivos, como é o caso na inovação aberta; e inovação em compras públicas, como caminho promissor para a introdução de inovações em organizações públicas.

Por fim, reafirma-se que a literatura acerca da inovação no setor público consiste em um campo de estudo recente e com crescente evolução quanto ao interesse e relevância, especialmente no tocante à produção qualificada em periódicos de grande relevância no Brasil. As contribuições deste artigo expressam-se no sentido de auxiliar com um panorama da caracterização sobre o tema em foco, evidenciando um conjunto de conhecimentos que podem apoiar pesquisadores em outras investigações.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- ANGELIS, C. T. Uma proposta de um modelo de inovação e inteligência governamental. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 297-324, 2013.
- BALBE, R. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. *Revista do Serviço Público*, v. 61, n. 2, p. 189-209, 2010.
- BASTIANI, S. N. A. C.; DIAS, T.; SEHNEM, S.; PUFFAL, D. P. Limites e possibilidades da inovação como estratégia em organizações públicas. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 13, n. 3, 2015.
- BEKKERS, V.; EDELENBOS, J.; STEIJN, B. (ed.). *Innovation in the public sector: linking capacity and leadership*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- BISPO, D. A.; SANO, H. Análise da produção científica sobre inovação na gestão pública disponível na base de dados da biblioteca digital de teses e dissertações (BDTD). In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 19., 2016. São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: SemeAd, 2016.
- BLOCH, C. *Measuring public innovation in the Nordic countries (Mepin)*. Copenhagen Manual. Norden, Mepin, 2011. Disponível em: http://nyskopunarvefur.is/files/filepicker/9/201102_mepin_report_web.pdf. Acesso em: 5 jul. 2020.
- BRANDÃO, S. M.; BRUNO-FARIA, M. F. Barreiras à inovação em gestão em organizações públicas do governo federal brasileiro: análise da percepção de dirigentes. In: CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M.; CUNHA, B.; SEVERO, W. (org.). *Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil*. Brasília: Enap; Ipea, 2017.
- BRANDÃO, S. M.; BRUNO-FARIA, M. F. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 227-248, jan./fev. 2013.
- BROSE, M. E. Inovação na gestão pública subnacional: reflexões sobre a estratégia de desenvolvimento do Acre. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 48, p. 277-294. 2014.

- CAMARGOS, N. M.; MOREIRA, M. F. Compras para a inovação no Ministério da Saúde: no discurso, sim; na licitação, não. *Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 18, n. 3, p. 126-141, set./dez. 2015.
- CARVALHO, P. O.; BARBOSA, J. G. P. Determinantes da adoção de inovação no setor público: estudo de caso em uma autarquia federal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 42., Curitiba, 2018. *Anais [...]*. Curitiba: Enanpad, 2018.
- CASTRO, C. M. S.; ISIDRO-FILHO, A.; MENELAU, S.; FERNANDES, A. S. A. Antecedentes de inovações em organizações públicas do poder executivo federal. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 22, n. 71, jan./abr. 2017.
- CAVALCANTE, P. Innovations in the Federal Government During the Post-ew Public Management Era. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, 2018.
- CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M. Inovação pública no Brasil: uma visão geral de seus tipos, resultados e indutores. In: CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M.; CUNHA, B.; SEVERO, W. (org.). *Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil*. Brasília: Enap; Ipea, 2017.
- CRUZ, S. R. S.; PAULINO, S. R. Public Service Innovation and Evaluation Indicators. *Journal of Technology Management & Innovation*, v. 8, p. 51-52, 2013.
- DANIEL, V. M. A trajetória do conceito de inovação no setor público: avanços e retrocessos. In: Encontro da ANPAD, 2017, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: EnANPAD, 2017.
- DE VRIES, H.; BEKKERS, V.; TUMMERS, L. Innovation in the Public Sector: A Systematic Review and Future Research Agenda. *Public Administration*, v. 94, n. 1, p. 146-166, 2016.
- DEUS, L. F.; FARIAS, J. S. A Adoção Do processo eletrônico de controle externo (e-TCU) no Tribunal de Contas da União: a Experiência dos gestores envolvidos. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 268-290. 2015.
- DIAS, T. F.; SANO, H.; MEDEIROS, M. F. M. Inovação, TIC e redes: um olhar a partir da interação Estado e sociedade. In: DIAS, T. F.; SANO, H.; MEDEIROS, M. F. M. *Inovação e Tecnologia da Comunicação e Informação na administração pública*. Brasília: Enap, 2019.
- FERREIRA, G. D.; FARIAS, J. S. *Hackathons* no Setor Público Brasileiro: Objetivos e Resultados Sob a Ótica de Agentes Públicos Promotores das Iniciativas. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, Fortaleza, v. 17, n. 1. 2019.
- FERREIRA, R. A.; ROCHA, E. M. P.; CARVALHAIS, J. N. Inovações em Organizações Públicas: Estudo dos Fatores que Influenciam um Ambiente Inovador no Estado de Minas Gerais. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 12, n. 3 p. 7-27, 2015.
- FERREIRA, V. R. S.; TETE, M. F.; SILVA FILHO, A. I.; SOUSA, M. M. Inovação no setor público federal no Brasil na perspectiva da Inovação em serviços. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 99-118, out./dez. 2015.
- FERREIRA, V. R. S.; NAJBERG, E.; FERREIRA, C. B.; BARBOSA, N. B.; BORGES, C. Inovação em serviços de saúde no Brasil: análise dos casos premiados no Concurso de Inovação na Administração Pública Federal. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1.207-1.227, set./out. 2014.
- FREITAS, R. K. V.; DACORSO, A. L. R. Inovação aberta na gestão pública: análise do plano de ação brasileiro para a Open Government Partnership. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 869-888, jul./ago. 2014.
- GOMES, C. A.; MACHADO, A. G. C. Fatores que influenciam a inovação nos serviços públicos: o caso da Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 23, n. 74, jan./abr. 2018.
- GRAY, D. E. *Pesquisa no mundo real*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- GUIMARÃES, T. A.; ODELIUS, C. C.; MEDEIROS, J. J.; VARGAS SANTANA, J. A. Management Innovation at the Brazilian Superior Tribunal of Justice. *The American Review of Public Administration*, v. 41, n. 3, p. 297-312, 2011.
- LÜBECK, R. M.; WITTMANN, M. L.; GOMES, C. M. Inovação na gestão da informação: evidências empíricas no setor de transporte público urbano. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 21-43, 2012.
- MACHADO, M.; SOUSA, M.; ROCHA, V.; ISIDRO, A. Innovation in judicial services: a study of innovation models in labor courts. *INMR - Innovation & Management Review*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 155-173, 2018.
- MOREIRA, M. F.; VARGAS, E. R. Compras para a inovação: casos de inovações induzidas por clientes públicos. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 13, n. 5. 2012.

- MOTTA, P. R. M. O estado da arte da Gestão Pública. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 82-90, jan./fev. 2013.
- OLIVEIRA, L. F.; SANTOS, C. D. Intended and Unintended Consequences of Innovation Adoption: Open Government Data Adoption by the Federal District of Brazil. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 1-25. 2019.
- OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Oslo Manual: guidelines for collecting, reporting and using data on innovation*. 4. ed. Paris: Ocde, 2018.
- PAULA, A. P. P.; KEINERT, T. M. M. Inovações institucionais participativas: uma abordagem exploratória da produção brasileira em Administração Pública na RAP e no EnAPG (1990-2014). *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jul./set. 2016.
- PITASSI, C.; GONÇALVES, A. A.; BARBOSA, J. G. P.; MARTINS, C. H. F. A cirurgia robótica nas organizações públicas de saúde: o caso do Instituto Nacional de Câncer (Inca). *Administração Pública e Gestão Social*, n. 8, p. 187-197, 2016.
- QUEIROZ, R. G. M.; CKAGNAZAROFF, I. B. Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 679-705, maio/jun. 2010.
- RESENDE JUNIOR, P. C.; GUIMARÃES, T. A.; BILHIM, J. A. F. Escala de Orientação para Inovação em Organizações Públicas: Estudo Exploratório e Confirmatório no Brasil e em Portugal. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 257-277, 2013.
- ROSTE, R. Studies of innovation in the public sector, a literature review. *Publin Project on Innovation in the Public Sector*, report n. D8, v. 2, Oslo: Nifu Step, 2004.
- SACCOL, A. I. C. Z.; MANICA, A.; ELALUF-CALDERWOOD, S. Innovation And Adoption Of Mobile Technology in Public Organizations: The IBGE Case. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 72-83, 2011.
- SANTOS, P. R. Inovações participativas, diálogo social e construção de consensos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 501-511, maio/jun. 2016.
- SANTOS, F. B. P.; TEIXEIRA, M. A. C. Inovações e desafios metodológicos no ensino de administração pública no Brasil: um olhar com base no curso da FGV-EAESP. *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 211-230, jan./abr. 2019.
- SANTOS, N. M. Inovação no setor público: estado da arte e proposição de uma agenda de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 41., 2017. São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Enanpad, 2017.
- SILVA, M. V. G.; RIBAS, J. A. N.; MEZA, M. L. F. G. Inovação nas organizações públicas: análise das ações premiadas pela Enap. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, a. 16, n. 46, p. 74-87, jan./mar. 2019.
- SOUSA, J. R. Inovação na gestão pública como “possibilidade objetiva”: o caso do pacto pela educação de Pernambuco sob a ótica da administração para o desenvolvimento. *Revista de Administração Pública e Gestão Social*, v. 4, n. 11, 1-16, 2019.
- SOUSA, M. M.; FERREIRA, V. R. S.; NAJBERG, E.; MEDEIROS, J. J. Portraying innovation in the public service of Brazil: Frameworks, systematization and characterization. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 50, n. 4, p. 460-476, 2015.
- SOUSA, M. M.; GUIMARÃES, T. A. Inovação E Desempenho Na Administração Judicial: Desvendando Lacunas Conceituais E Metodológicas. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 321-344, 2014.
- SOUSA, M. M.; GUIMARÃES, T. A. Recursos, inovação e desempenho em tribunais do trabalho no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 486-506, maio/jun. 2018.
- SOUZA NETO, R. A.; DIAS, G. F.; SANO, H.; MEDEIROS, R. B. A. S. Antecedentes da inovação no setor público brasileiro: um estudo em um núcleo de inovação tecnológica. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 24, n. 79, p. 1-21, 2019.
- VIEIRA, F. C.; VALE, H. V.; MAY, M. R. Inovação aberta e modelo de negócios: estudo de caso da EMBRAPA Floresta. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 19, n. 4, 2018.
- VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.
- WALKER, R. M.; DAMANPOUR, F.; DEVECE, C. A. Management innovation and organizational performance: Mediating role of planning and control. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 21, n. 1, p. 367-386, 2011.